



MINISTÉRIO DO ESPORTE
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 64/2024/MESP/GAB

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Senhor

Deputado LUCIANO BIVAR

Primeiro-Secretário

Câmara dos Deputados, Edifício Principal, Térreo, Ala A, Sala 27

70160-900 Brasília/DF

primeira.secretaria@camara.leg.br

Assunto: Requerimento de Informação nº 3242/2023

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 303208/2024.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Com os meus cumprimentos, reporto-me ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 585 (SEI 15051891), que trata do Requerimento de Informação 3242/2023, de autoria da Deputada Adriana Ventura, por meio do qual "Requer informações ao Ministro do Esporte, Sr. André Fufuca, sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos de todos os agentes públicos obrigados (APOs) da pasta e de todas as entidades autárquicas e fundacionais a ela vinculadas, em observância do disposto no art. 11 da Lei 12.813/2013."
2. Sobre o assunto, encaminho manifestação da Ouvidoria, por meio do Despacho nº 3/2024/MESP/GAB-OUV (SEI 15190378).
3. Seguimos à inteira disposição para prestar eventuais esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

VALESKA QUEIROZ
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Valeska Monteiro de Melo Queiroz, Chefe de Gabinete**, em 20/03/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **15195404** e o código CRC **699D1A29**.





MINISTÉRIO DO ESPORTE
GABINETE DO MINISTRO
OUVIDORIA

Despacho nº 3/2024/MESP/GAB-OUV

Processo nº 58000.000098/2024-61

Interessado: Deputada Adriana Ventura

Destinatário: Assessoria para Assuntos Parlamentares e Federativos e Gabinete do Ministro

Brasília-DF, 15 de março de 2024.

Assunto: **Resposta ao Pedido de Acesso à Informação**

Serve este despacho para prover resposta ao pedido de acesso à informação registrado sob o nº **58000.000098/2023-61**, que trata de questionamentos referentes a compromissos públicos de todos os Agentes Públicos Obrigados (APOs) da pasta.

1) Quem são os agentes públicos (APOs) sujeitos ao disposto no Capítulo III do Decreto 10.889/2021? Solicito que sejam discriminados todos os agentes obrigados que atuaram a partir 1º de janeiro de 2023 até a data do recebimento deste requerimento de informação, informando o respectivo órgão de exercício de suas funções.

R: Segue, em anexo, planilha com a lista dos APO's do Ministério do Esporte - MEsp, sujeitos ao disposto no Capítulo III do Decreto 10.889/2021, bem como seus substitutos e lista dos exonerados (SEI nº 15190453).

Importante ressaltar que os Agentes Públicos Obrigados Weimar Jose de Souza e Julia Gelli Costa, constam com a observação "não se aplica", na aba substituto, tendo em vista que o cargo de Assessor Especial, código CCE 2.15, não possui um substituto legal.

Ressalta-se, ainda, que as informações estão atualizadas até o dia 14 de março de 2024.

2) Os APOs mencionados no item anterior estão todos listados no sistema e-agendas em <https://eagendas.cgu.gov.br/>? Se não estão, solicito que sejam informadas as razões para as discrepâncias identificadas.

R: Sim, todos estão cadastrados. Fazem parte do processo de trabalho da Ouvidoria ações de realizar o acompanhamento de nomeações e exonerações no Diário Oficial da União, solicitar preenchimento de formulário padrão de currículo para publicação em transparência ativa e, após a posse, o registro mais tempestivo possível das autoridades abarcadas pelo Decreto nº 10.889/2021, no sistema e-Agendas.

3) Foi realizado processo interno de gestão de riscos para verificar a existência de agentes públicos que não se enquadram nas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput do art. 2º da Lei 12.813, de 2013, e que participem de forma recorrente de decisão passível de representação privada de interesses, conforme estabelece o art. 3º do Decreto 10.889/2021? Em caso negativo, porque o processo ainda não foi realizado, considerando que o dispositivo já possui mais de 2 anos de vigência? Em caso afirmativo, solicito que seja disponibilizada a relação de cargos e funções que se enquadrem nesse perfil, bem como os nomes dos agentes públicos assim identificados.

R: O Ministério do Esporte foi recriado em 1º de janeiro de 2023, com uma estrutura que se mostra pequena para realizar todas as atribuições da Pasta, o que leva o órgão a ainda estar em processo de ajustes para melhor operacionalização. Contudo, o processo interno de gestão de riscos em questão está previsto e em desenvolvimento, no âmbito do Programa de Integridade do órgão – o TIME, que foi instituído [PORTARIA Nº 94, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023 - PORTARIA Nº 94, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](#). Abaixo, são destacados trechos da Portaria referentes ao levantamento e gestão de riscos:

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

(...)

III - riscos para a integridade: vulnerabilidade que pode favorecer ou facilitar a ocorrência de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta, podendo comprometer os objetivos da instituição;

Art. 3º São diretrizes do Programa TIME:

(...)

III - a identificação, a avaliação e o tratamento dos riscos para a integridade no âmbito das unidades organizacionais do Ministério;

Art. 4º O Programa TIME tem por objetivos:

(...)

IV - disseminar normativos, conceitos, boas práticas e procedimentos relativos:

a) à governança e à integridade;

b) à gestão de riscos para a integridade;

Art. 7º O Programa TIME será operacionalizado a partir do plano de integridade, a ser aprovado pelo Comitê de Governança Interna do Ministério do Esporte.

(...)

IV - levantamento de riscos para a integridade e medidas para seu tratamento; e

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2398243>



2398243

4) Os APOs, listados no item 1, têm registrado todas as suas participações em compromissos públicos, detalhando as informações contidas no inciso I, Art. 11, do Decreto 10.889/2021?

R: Os APOs do Ministério do Esporte possuem conhecimento da obrigatoriedade de cumprir os procedimentos a serem realizados em face da exigência de registro e publicação diária, em Transparência Ativa, dos compromissos públicos de autoridades e agentes públicos abrangidos pela Lei de Conflito de Interesses, a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, com atualizações trazidas pelo Decreto nº 10.889, de 09 de dezembro de 2021.

Em adição ao conhecimento de toda a legislação que trata do tema, os APOs do MEsp contam, ainda, com a **ORIENTAÇÃO MESP/OUV Nº 1/2023** - [Orientação 1 Obrigatoriedade de utilização do Sistema e Agendas.pdf \(www.gov.br\)](#) (SEI Nº 15190515), emitida pela Ouvidoria do MEsp, que reforça a obrigatoriedade e detalha a utilização, de forma objetiva, do Sistema e-Agendas.

Nesse contexto, segue, em anexo, a planilha com registro de seus compromissos constantes no portal e-Agendas. (SEI nº 15190436).

5) Há APOs que não possuem nenhum registro no e-agendas? Nesse caso, eles não tiveram compromissos públicos ou houve alguma falha operacional?

R: Todos os APOs possuem, ao menos, um registro de compromisso no e-Agendas. (SEI nº 15190436)

6) Há APOs que registram poucos compromissos públicos, de forma intermitente, indicando possível negligência na atualização de suas agendas?

R: O Decreto nº 10.889 prevê, em seu Art. 13:

Art. 13 O agente público de que trata o art. 2º é responsável:

I - pela veracidade e pela completude das informações de sua agenda de compromissos públicos; e

II - pelo registro e pela publicação tempestivos das informações no e-Agendas.

Em adição, a **ORIENTAÇÃO MESP/OUV Nº 1/2023** reforça:

XXII A responsabilidade pelo registro e publicação dos compromissos públicos é do Agente Público Obrigado – APO

Assim, tanto a legislação quanto a orientação existentes reforçam a necessidade de os APOs cumprirem o registro completo de seus compromissos previstos no Decreto 10.889.

Conforme constante na planilha "Relacionamento entre Compromissos" todos os Agentes Públicos registraram seus compromissos, (SEI nº 15190468). Contudo, não se pode afirmar que os registros descritos correspondem à totalidade dos compromissos realizados.

7) Os APOs têm registrado e publicado no e-Agendas os compromissos públicos realizados sem agendamento em até 7 dias corridos, contados de sua realização, conforme preconiza o Art. 12 do Decreto 10.889/2021?

R: Conforme disponibilizado pela CGU, por meio do painel InfoAgendas em [Central de Painéis \(cgu.gov.br\)](#), o Ministério do Esporte possui 43.7% de atraso na publicação dos compromissos por parte de seus APOs, o que significa dizer que tais compromissos foram registrados com prazo maior do que 7 dias corridos.

A Ouvidoria MEsp reforça a necessidade de atenção dos APOs para registro de seus compromissos com a maior tempestividade possível ou em até 7 dias corridos, no caso de compromissos cuja participação não tenha sido prevista. Nesse sentido, **ORIENTAÇÃO MESP/OUV Nº 1/2023** traz:

VI - Registro, em até 7 dias após sua realização, dos compromissos públicos cuja participação não tenha sido prevista, conforme dispõe o Art. 12 do Decreto nº 10.889/2021.

Além da Orientação, a Ouvidoria promove monitoramento periódico do e-Agendas (processo descrito na questão 10, abaixo) e realiza ações de conscientização dos dirigentes do Ministério sobre a necessidade de conformidade com as obrigações legais, entre elas, a obrigatoriedade de utilização sistematizada, detalhada e tempestiva do e-Agendas, conforme exemplificado na questão 11 do presente questionário.

8) Durante o período de substituição de APOs, os substitutos têm registrado e publicado sua agenda de compromissos públicos, conforme o disposto no § 4º, do Art. 11, do Decreto 10.889/2021?

R: Sim. Todos os agentes são orientados que, sempre que o Agente Público Obrigado - APO se ausenta por motivo de férias, licença ou outro motivo de afastamento legal, a publicação da agenda passa para seu substituto, o Agente Público Eventual Obrigado - APO Eventual. Caso o substituto não seja APO, ele é cadastrado no sistema e-Agendas, pela Ouvidoria, como Agente Público Obrigado Eventual. Com esse perfil, sua agenda fica ativa nos períodos de substituição.

Segue, em anexo, planilha com os interinos (SEI nº 15190443) que registraram seus compromissos no e-Agendas.

9) Para a organização das informações relativas aos itens 6 a 8, solicito discriminar os dados em forma de tabela, contendo: a. nome do APO; b. indicar se está atuando como substituto; c. órgão do APO; d. quantidade de registros de compromissos públicos no eAgendas em 2023. Indicando 0 quando não houver registros; e. quantidade de registros realizados em até 7 dias corridos do compromisso; f. quantidade de registros realizados após 7 dias corridos do compromisso.]



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2398243>

10) Quais são os mecanismos de monitoramento existentes para garantir que os APOs estejam agindo em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 10.889/2021? São realizadas revisões regulares?

R: O Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, instituiu o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação - SITAI, atribuindo à Assessoria Especial de Controle Interno - AEI o papel de unidades setorial do Sitai para a gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação. Em arranjo interno do Ministério do Esporte, em face ao desenvolvimento de ações integradas entre a AEI e a Ouvidoria, esta última ficou responsável por ações referentes ao e-Agendas. A Ouvidoria do MEsp é responsável pelo cadastro de todos os agentes públicos obrigados e substitutos no sistema e-Agendas. Temos envidado esforços para realizar o processo de supervisão periódica do cumprimento das obrigações legais por parte dos APOs. Nesse sentido, em 2023, de forma bimestral, a Ouvidoria realizou atividade de monitoramento das publicações do sistema e-Agendas, promovendo comunicações e solicitações às autoridades do MEsp. Durante o período de monitoramento, foram checados e tratados, se necessário, entre outros pontos:

- Quantidade total de compromissos publicados, quantidade de compromissos publicados por categoria - audiência, audiência pública, evento, reunião etc, quantidade de compromissos publicados por cada APO e/ou substituto;
- Conformidade da categoria selecionada pelo APO para registro de seu compromisso (por exemplo, pode ter sido utilizada a categoria de audiência em lugar de reunião, e vice-versa);
- Completude dos dados informados no registro do compromisso;
- Especificação suficiente e clara do compromisso;
- Tempestividade no registro do compromisso e atenção ao prazo máximo de 7 dias corridos a fim de se evitar constatação de atraso por parte da CGU.

Os resultados obtidos pela Ouvidoria durante o monitoramento foram comunicados aos APOs, a fim de que possíveis inconformidades encontradas fossem tratadas prontamente pelos responsáveis, não somente por meio do ajuste em compromissos passados mas, também, pela prevenção de que venham a ocorrer novamente em futuros compromissos.

Foram emitidos relatórios semestrais consolidados e individualizados, como demonstrado por meio dos SEI nºs 15190478 e 15190486.

Também, foi realizado atendimento ao monitoramento realizado pela Controladoria-Geral da União - CGU, conforme demonstrado no documento SEI nº 15190493.

11) O que tem sido feito para fomentar e incentivar o registro dos compromissos públicos com o maior detalhamento e padronização possível? Quais ações têm sido realizadas nesse sentido?

O Ministério do Esporte tem buscado capacitar e sensibilizar as autoridades abrangidas pelo Decreto 10.889/2021 acerca das responsabilidades e obrigações sobre preenchimento e divulgação de compromissos.

O MEsp realizou o evento "Ouvidoria Capacita", na data do dia 04 de abril de 2023, objetivando compartilhar informações e capacitar sobre o tema e-Agendas.

Ademais, é importante ressaltar que a Ouvidoria do MEsp permanece à disposição de seus colaboradores para sanar dúvidas por meio de telefone, e-mail institucional, WhatsApp, atendimento presencial, dentre outros canais de comunicação.

- Nesse contexto, é possível acessar os materiais utilizados no evento:
- link apresentação Prezi: <https://prezi.com/view/lknY0AOmQ3StHYDglGWR/>
 - Apresentação ppt e-Agendas (SEI Nº 15190502)
 - Tutorial e-Agendas (SEI Nº 15190507)
 - Apresentação e-Agendas (SEI Nº 15190519)
 - Vídeos apresentação e-Agendas (SEI Nº 15190523)

Em adição ao monitoramento periódico por parte da Ouvidoria do MEsp e da publicação da **ORIENTAÇÃO MESP/OUV Nº 1/2023**, são realizadas ações de conscientização dos dirigentes do Ministério sobre a necessidade de conformidade com as obrigações relacionadas à integridade, ética, conflito de interesses, transparência, nepotismo, entre outras. Entre elas, a obrigatoriedade de utilização detalhada, completa e tempestiva do e-Agendas. Um exemplo recente dessa ação foi o evento Alinhamento de Dirigentes, promovido em conjunto pela Ouvidoria, Assessoria Especial de Controle Interno e Gabinete do Ministro, como pode ser verificado em <https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/o-mesp-promove-oficina-de-alinhamento-de-dirigentes-para-ampliar-conhecimentos-e-reforçar-a-integridade-no-ambito-da-administracao-publica> (SEI nº 15190502).

Atenciosamente,

AURELIANO VOGADO RODRIGUES JUNIOR
Ouvidor do MEsp



Documento assinado eletronicamente por **Aureliano Vogado Rodrigues Junior, Ouvidor(a)**, em 15/03/2024, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **15190378** e o código CRC **31AABD13**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2398243>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2398243>